PSTU
Opinião socialista
Ano IX Edição 165
De 29/01 a 11/02/2004
Contribuição: R$ 2,00

VAMOS À LUTA!

QUEREMOS EMPREGO, SALÁRIO E TERRA!

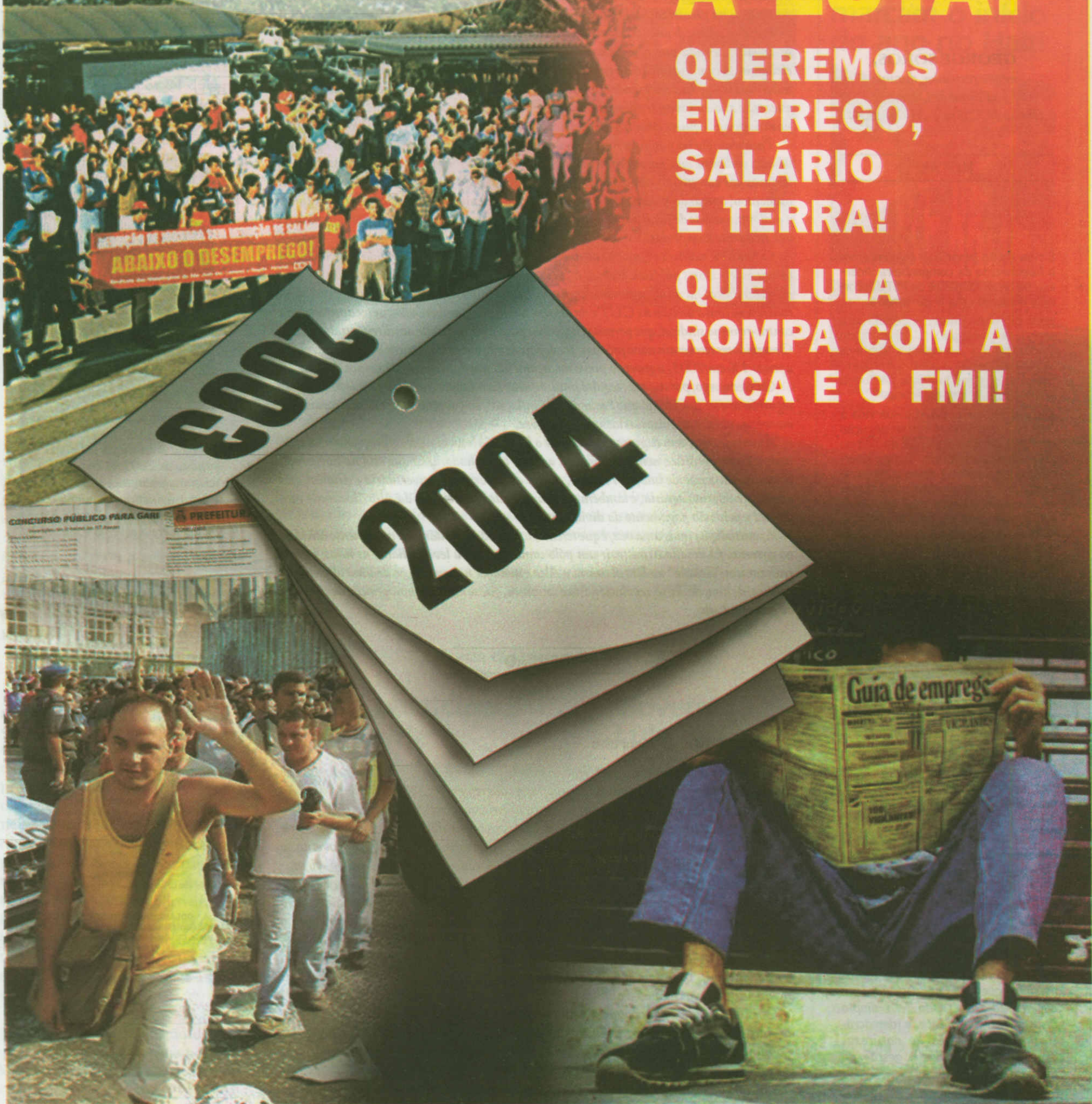
QUE LULA ROMPA COM A ALCA E O FMI!

REFORMAS

Foto Samuel Tosta

PREPARAR A LUTA CONTRA A "REFORMA" SINDICAL E TRABALHISTA

LEIA A CONVOCATÓRIA DO ENCONTRO NACIONAL SINDICAL E SAIBA COMO AS REFORMAS PODERÃO ATINGIR OS TRABALHADORES

PÁGINAS 6 A 8

FALA ZÉ MARIA

UNIDADE E DEMOCRACIA NA CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO POR UM NOVO PARTIDO

PÁGINA 3

O QUE SE DISSE

"A equipe de Lula tem excessivo desejo de ganhar a respeitabilidade do mercado financeiro."

GEORGE SOROS, *megaespeculador, durante o Fórum de Davos. (Folha de S. Paulo, 24/01/2004)*

NOTAS

COMPANHEIRA VICÊNCIA PRESENTE!

É com muito pesar que comunicamos o falecimento da companheira Vicência, 48 anos, militante do **PSTU**, ocorrido no último dia 9 de janeiro.

Mãe de dois filhos, Vicência era servidora municipal, foi diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo e cipeira, por duas gestões, atuando de forma destacada em sua categoria.

Nos últimos anos, dedicou sua vida à luta pelo socialismo e à construção do **PSTU** em São Bernardo do Campo (SP). Vicência era uma mulher guerreira e sua ausência deixa um grande vazio, pois defendia com muita firmeza e convicção suas posições. Queremos mais uma vez prestar homenagem a esta valorosa lutadora e dizer que levaremos adiante o sonho ao qual ela tanto se dedicou.

CONTRA AS DEMISSÕES NA FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

Publicamos trechos da carta aberta do *"Movimento em defesa da democracia na Fundação Santo André"*, com o qual nos solidarizamos, solicitando que sejam enviadas mensagens para *reitoria@fsa.br*.

"A Fundação Santo André é uma instituição de caráter público, sem fins lucrativos, criada pela Prefeitura Municipal de Santo André, em 1962. (...)

No dia 16 de dezembro de 2003, seis professoras (...) foram sumariamente demitidas pelo Reitor Prof. Dr. Odair Bermelho numa atitude arbitrária que desrespeitou as normas regimentais da Instituição, não sendo assegurado o direito de defesa.

As seis professoras demitidas são as mesmas que haviam assinado um documento solicitando (...) ampla discussão transparente e democrática sobre questões de naturezas diversas, relacionadas à gestão da Instituição (...).

Este episódio demonstra a impossibilidade da existência de questionamentos evidenciando os princípios privatistas que prevalecem na Instituição."

ERRAMOS

Na última edição, informamos que o PSB fez parte da tese *"Ação e Atividade"* e, junto com a UJS, estaria ajudando a transformar a UBES em um braço do governo no movimento estudantil aprofundando sua burocratização. Na verdade, o PSB não assinava a referida tese, o que não impede que continuem a cumprir esse mesmo papel.

EDITORIAL

2004 precisa ser um ano de lutas

A mídia, o governo e a burguesia iniciaram 2004 procurando criar um clima de otimismo na população. As "avaliações" tentam mostrar como vitória e base para esperanças renovadas no ano que começa os sucessos demonstrados por indicadores financeiros e empresariais, como a queda do risco país, o saldo da balança comercial e a aprovação das reformas neoliberais. Eles tentam passar a idéia de que "valeu o sacrifício" da maioria do povo em 2003, porque daqui em diante tudo vai melhorar, com o "início da retomada do crescimento sustentado".

A verdade é que, em 2003, os trabalhadores e a maioria do povo sofreram com um patamar inédito de desemprego e exploração, traduzido numa queda sem precedentes do poder aquisitivo, na precarização do trabalho e na retirada de direitos.

E 2004, no que depender do governo e da burguesia, não trará uma situação melhor para os debaixo. Ainda que o governo tente realizar muita política social compensatória e eleitoreira, visando as eleições municipais. Muito estará em jogo e enquanto isso "a pátria-mãe distraída poderá estar sendo subtraída nas mais tenebrosas transações". Basta dizer que este será o ano decisivo para as negociações da Alca, cuja reunião ministerial — que ocorrerá no meio do ano aqui no Brasil — poderá dar os contornos finais desse acordo de recolonização.

Também não há nenhum refresco nas verbas para saúde, educação, reforma agrária e demais verbas sociais, pois o orçamento de 2004 segue tão comprometido com o pagamento de juros aos banqueiros como o de 2003, conforme acordo com o FMI. A dívida pública aumentou, apesar do governo ter realizado o maior superávit primário da história e ter pago o maior montante de juros aos banqueiros. Daí que as metas de reforma agrária mais uma vez não serão cumpridas.

O "saco de maldades", apesar do ano eleitoral, vai continuar vigorando especialmente contra os servidores públicos. Vem aí mais uma contra-reforma: a privatização da universidade pública, na qual, segundo o super-ministro José Dirceu, o "pau vai comer". Em conivência com a direção da CUT e da "Farsa Sindical", também vão querer aprovar uma contra-reforma sindical, que permita engatilhar para 2005 o assalto aos direitos trabalhistas. Os servidores receberam nova provocação: depois de oito anos sem reajuste e de terem recebido apenas 1% em 2003, o governo prevê no orçamento um "aumento" de menos de 3%.

O desemprego, por sua vez, seguirá praticamente na mesma e o arrocho e a queda na renda seguirão se acentuando, já que "as metas de inflação" do governo também são garantidas através do assalto ao bolso da classe trabalhadora.

A verdade é que sem ruptura com a Alca e o FMI não haverá nem emprego, nem salário, nem reforma agrária e nem direitos para a classe trabalhadora. O que está no horizonte, portanto, é um ano de lutas por salário, contra as "reformas" universitária e sindical, por emprego e reforma agrária, e também pela ruptura das negociações da Alca, do acordo com o FMI e pelo não pagamento da dívida externa.

A contradição, mais uma vez, é que teremos a direção majoritária do movimento atrelada ao governo. O desafio é construir um pólo combativo para levar adiante as lutas, buscar realizar um "Seattle" no Brasil contra a Alca e avançar na construção de uma alternativa política, de luta, de classe, revolucionária e socialista, que se afirme como oposição de esquerda ao governo Lula.

OPINIÃO

Muito além do fisiologismo

DIEGO CRUZ, de Bauru (SP)

A chamada reforma ministerial, realizada pelo presidente Lula, foi o cumprimento de promessas feitas ao PMDB durante as negociações das reformas da Previdência e tributária no Congresso Nacional. O PT garantiu cargos no primeiro escalão do governo em troca do apoio dos peemedebistas às reformas. A despeito de certas declarações afirmarem se tratar de uma "readequação" de forças políticas a fim de garantir maior conforto ao governo, o eufemismo não esconde a clara prática do antes tão criticado fisiologismo. Mas vai além.

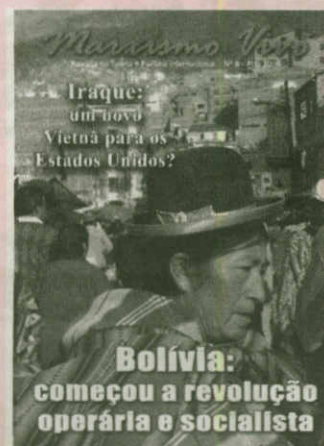
Consolida-se, assim, um movimento de estreitamento das relações do PT com a direita. Durante a campanha para a Presidência, em 2002, Lula tentou justificar a aliança com o Partido Liberal do empresário José de Alencar, alegando ser a primeira vez que um partido de direita integraria uma frente hegemonizada por um partido de esquerda. O PT esforçou-se por dar um caráter meramente "tático" à aliança, que serviria apenas para vencer as eleições. Um ano depois, com uma ampla maioria no Congresso, o partido dispensou maiores argumentos e Lula chamou a aliança com o PMDB, de "estratégica" para o país.

O PMDB ganhou duas pastas no primeiro escalão do governo. O deputado federal e dono de cinco emissoras de rádio, Eunício Oliveira, do Ceará, ficou com o Ministério das Comunicações. Amir Lando, senador por Rondônia, recebeu o Ministério da Previdência. Proprietário de terras em Corumbiara (RO), Amir Lando já foi acusado de extrair ilegalmente madeiras de reservas indígenas da região. Lula também aproveitou a reforma idealizada inicialmente apenas para abrigar o PMDB oficialmente no governo, para redirecionar alguns ministros. Assim, Berzoini, que coordenou a reforma da Previdência e protagonizou o escândalo do recadastramento dos idosos, foi para o Ministério do Trabalho cuidar dos preparativos das reformas sindical e trabalhista.

O deputado federal pelo PCdoB , Aldo Rebelo, foi premiado com uma pasta feita especialmente para abrigá-lo. Principal articulador do governo na Câmara e autor do projeto dos transgênicos, o deputado comandou os acordos com os demais partidos, como o PP, o PSDB e o próprio PMDB, para a aprovação das reformas. O PP, que não angariou nenhuma pasta, deverá abocanhar alguma estatal.

ALIANÇAS COM O PSDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Mas não é apenas com o PMDB que o governo Lula está articulando alianças. Uma reunião da direção regional do PSDB com o PT no Rio de Janeiro, em dezembro passado, definiu uma política de alianças para as eleições municipais. Já estão definidas alianças eleitorais em cidades como Nova Iguaçu, que terá o ex-radical Lindberg Farias como candidato a prefeito com o apoio dos tucanos. ■

SUMÁRIO

REVISTA

*A oitava edição da revista **Marxismo Vivo** é quase que totalmente dedicada à revolução boliviana de outubro de 2003. Além disso, a revista também traz um artigo sobre a resistência iraquiana e a segunda parte da análise de James Petras sobre o governo Lula.*

EXPEDIENTE

Opinião Socialista **é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*
Fax: (11) 5575-6093

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO
André Valuche, Jeferson Choma, Luiza Castelli, Rodrigo Ricupero, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

FOTOGRAFIA
Alexandre Leme, Ana Luisa Martins, Sérgio Koei

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, Ana Rosa Minutti, André Freire, Carla Lisboa, Cláudia Costa, Diego Cruz, Elton Corrêa, Everaldo Duarte

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

É PRECISO UM MOVIMENTO UNITÁRIO POR UM NOVO PARTIDO

O **PSTU** foi a primeira organização a propor — há tempos — a formação de um Movimento por um Novo Partido, que aglutinasse toda a esquerda socialista e a militância dos movimentos sociais, para que, juntos, pudéssemos forjar uma alternativa ao PT. Um instrumento político voltado para organizar as lutas dos trabalhadores, rumo a uma verdadeira transformação social do país. Por isso, saudamos a disposição dos "parlamentares radicais" de construir um Novo Partido.

Mas ficamos extremamente preocupados com o que ocorreu no dia 19 de janeiro, quando os deputados "radicais", a senadora Heloísa Helena, o ex-deputado Milton Temer e o intelectual Carlos Nelson Coutinho realizaram uma reunião com outros setores, da qual o **PSTU** e outros agrupamentos de esquerda foram excluídos.

Ficamos ainda mais preocupados após a reunião realizada depois do evento, entre a senadora Heloísa e o ex-deputado Milton Temer e membros da direção do **PSTU**. Aí fomos informados que a reunião da tarde já havia definido o funcionamento do Novo Partido, que, como o PT, seria de tendências permanentes e que tal definição — nas palavras da senadora e do ex-deputado — é uma "cláusula pétrea", portanto intocável, não passível de discussão ou mudança, mesmo no futuro.

Erros que atingem o projeto de Novo Partido

Os companheiros, na nossa opinião, cometeram dois erros graves, que não atingem só o **PSTU** ou os setores excluídos. Atingem e enfraquecem fundamentalmente os esforços dos milhares de militantes socialistas que, diante da traição do PT, precisam e querem construir um Novo Partido.

Em primeiro lugar, porque, com todas as forças dos diversos setores da esquerda socialista somadas, ainda somos poucos para construir um partido à altura das exigências imediatas e históricas de nossa classe. Excluir setores da esquerda revolucionária que querem participar é, portanto, injustificável. Mais ainda porque os setores excluídos não impõem, nem nunca impuseram, pré-condições para ser parte da construção dessa alternativa.

O segundo erro é decidir numa reunião de 30 pessoas o funcionamento do partido e ainda transformar tal decisão em "cláusula pétrea": as chamadas tendências permanentes, tal qual funciona o PT. Os companheiros fizeram questão de reivindicar o "PT das origens", da década de 80, mas parecem se esquecer que nem mesmo o PT excluiu setores que dele quisessem participar.

Opinamos que o Novo Partido não deve ser um novo PT e não concordamos com essa posição dos companheiros sobre o funcionamento do partido. Não é razoável o argumento de que esse funcionamento é para garantir liberdade e democracia, pois não é isto que a experiência do PT mostrou. O PT funciona em base às tendências permanentes. Que democracia há no PT? A única liberdade é a dos dirigentes, parlamentares e figurões para fazer o que bem entendem, enquanto a base é chamada para fazer campanha eleitoral a cada dois anos.

Um partido voltado para as lutas precisa ter centralização política.

Mas a posição dos companheiros é legítima e deve ser debatida. Tampouco o **PSTU** propõe uma centralização política do Novo Partido para agora. Ao contrário, o Movimento deve funcionar sem centralização política, justamente porque ela só será possível como fruto do debate entre todas as opiniões, para construirmos um programa comum e também a partir de uma atuação comum nas lutas.

O grave problema nesse caso é ter 30 pessoas que se julgam no direito de decidir como é que vai funcionar um Novo Partido, que só existirá se milhares de militantes por todo o país estiverem dispostos a trabalhar e lutar pela sua construção. Como é isso? Trinta decidem e os outros milhares e milhares de militantes fazem? Não podem sequer opinar? Ora, o funcionamento não é uma questão de menor importância. Define, por exemplo, como serão tomadas decisões. E vai ser assim? A cúpula vai decidir e o resto fazer?

Que partido queremos, para qual estratégia?

Essa é a questão de fundo e a mais importante a se debater, porque construir um partido é uma coisa séria. Precisamos definir com clareza que objetivo temos com esse partido e qual estratégia teremos que adotar para atingir essa meta. É a partir daí que fará sentido discutir o funcionamento.

Nós consideramos que, frente à barbárie capitalista e a traição do PT, o Novo Partido deve estabelecer com clareza, no seu programa, o objetivo de realizar uma transformação socialista em nosso país, de construir uma nova sociedade a partir da destruição do sistema capitalista. Consideramos que a defesa do socialismo não pode ser reduzida a discursos em dias de festa. O partido deve apontar com clareza que só será possível atingir esse objetivo através de uma ruptura com o regime de dominação da burguesia e, portanto, com as instituições do Estado que aí está.

Obviamente isso não se dará pela via eleitoral, respeitando as regras do regime "democrático-burguês", através do qual a burguesia exerce o seu poder, ou acumulando cargos no Estado, visando reformá-lo. Estratégia desse tipo — eleitoral e nos marcos da ordem e institucionalidade vigente, para de realizar reformas no capitalismo e em seu Estado — foi a adotada pelo PT. E deu no que deu.

O Novo Partido, para chegar ao poder e realizar as transformações que abram caminho à construção do socialismo, deve adotar como estratégia a mobilização de massas, a insurreição dos trabalhadores e do povo pobre, a revolução socialista.

Não significa que devamos desprezar a luta política em outros espaços ou que deixemos de disputar no campo eleitoral. Mas significa que esta não é nossa disputa prioritária e nem nossa estratégia.

E esse debate não tem a ver com a conjuntura. Podemos ter leituras distintas da evolução da situação política do país. Esse processo de ruptura insurrecional pode ocorrer em três, dez ou em 20 anos, não importa. Mas se entendemos que essa é a única forma de realizar a transformação socialista em nosso país, o partido tem que definir esta como sua estratégia e trabalhar para prepará-la desde já. Com políticas adequadas à conjuntura, mas com um norte claro para a sua ação.

E chama a atenção, claro, quando vemos que o documento divulgado pelos companheiros nem toca nesta questão. Faz alusões ao socialismo, mas não avança além do anti-neoliberalismo. Pior: nem se refere à necessidade de uma radical independência de classe dos trabalhadores em relação à burguesia, presente até mesmo na primeira carta de princípios do PT, o das origens.

Essa não é uma ausência qualquer. Um partido que não se define como um instrumento revolucionário, para a luta pela destruição do regime e do Estado burguês, acaba restringindo o horizonte da sua atuação aos limites da sociedade capitalista e sua institucionalidade "democrático-burguesa". Dentro desses marcos, a "saída" possível são as eleições.

Quando falamos no perigo eleitoralista , alguns companheiros, por não entenderem a profundidade do problema, demonstram irritação, como se fosse uma ofensa pessoal aos parlamentares que decidiram enfrentar a direção do PT. Na verdade, o problema que apontamos é o perigo de definir uma estratégia eleitoralista para o partido (ou de, por falta de definição, levar o partido a isso), pois isso necessariamente vai dar onde deu o PT.

O PT foi eficaz para disputar as eleições. Isso não se pode negar. Nesse sentido, não é possível entender o apego à defesa das tendências permanentes como forma de funcionamento do partido que os companheiros demonstram. É um funcionamento apropriado para um partido que tenha como estratégia disputar eleições. Mas não serve para um partido que queira fazer uma revolução.

Nem vetos, nem pré-condições. Unidade!

Essas são as nossas opiniões. Sabemos que existem outras bastante diversas das nossas. A única forma madura e democrática de superar essas diferenças e construir uma base política comum, superior a cada uma das opiniões isoladas, é realizar um debate profundo, amplo e democrático, com a participação de todos. Isso vale para o programa, concepção, estratégia, funcionamento, etc do partido. Esse é o desafio, a tarefa e a responsabilidade de todos os setores da esquerda socialista neste momento.

Não há monopólio da construção do Novo Partido. Todos não só podem, como devem, participar. Por essa razão não achamos razoáveis as pré-condições estabelecidas pelos companheiros que se reuniram no Rio, dia 19. Nem consideramos razoável excluir qualquer setor da esquerda socialista que queira participar desse processo.

A construção dessa unidade é obrigação de todos os setores da esquerda e nós vamos fazer a nossa parte. Queremos participar das discussões, visando a construção do novo partido, e defendemos que as discussões sejam abertas à toda a militância, bem como consideramos que as decisões a serem tomadas nesse processo devem se dar com a participação efetiva da base. ■

MOVIMENTO POR UM NOVO PARTIDO REALIZA NOVO ENCONTRO NO RIO

No dia 15 de janeiro foi realizada a primeira Plenária de 2004, no Rio de Janeiro, do *Movimento por um Novo Partido*. Mesmo em meio as férias, a plenária contou com a presença de 50 companheiros e definiu a realização de uma grande Plenária Estadual do Movimento no dia 14 de fevereiro, na UERJ.

Na reunião, já se tinha a informação do possível veto à participação do PSTU e do *Reage PT* na reunião, convocada pela senadora Heloísa Helena e o ex-deputado Milton Temer, que discutiria a possibilidade da legalização de uma nova legenda.

A notícia do veto causou grande revolta entre os participantes, que definiram levar a discussão a todos os ativistas sobre a necessidade de garantir a unidade de um só movimento por um novo partido, sem vetos.

A partir de fevereiro o Movimento vai intensificar as atividades que começam já no dia 3, terça-feira, às 19h, com um debate na UFF, em Niterói, sobre as reformas sindical, trabalhista e universitária. No dia 14, sábado, às 14h, na UERJ, se realizará a Plenária Estadual do Movimento, que marcará o lançamento do primeiro número da Revista do Movimento.

(ANDRÉ FREIRE, DO RIO DE JANEIRO)

Para derrotar a Alca campanha tem que crescer em 2004

JEFERSON CHOMA,
da redação

Graças aos entendimentos entre os governos Lula e Bush, a reunião ministerial em Miami (EUA), em novembro do ano passado, definiu um calendário de negociações que garanta a implementação da Alca em janeiro de 2005. A Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em janeiro na cidade de Monterrey (México), se serviu para alguma coisa, foi justamente para reiterar o apoio de seus participantes a respeito da *"estrutura e o calendário para a conclusão das negociações para a Alca"*, conforme a declaração final do encontro.O próximo passo dessa agenda recolonizadora está marcado para a primeira quinzena de fevereiro, quando será realizado novo encontro entre os negociadores das Alca na cidade de Puebla (México).

CAMPANHA CONTRA A ALCA REPUDIA MIAMI E APONTA UM CALENDÁRIO DE LUTAS

No dia 8 de dezembro, logo após a reunião de Miami, a coordenação da Campanha Nacional Contra a Alca aprovou uma declaração sobre o encontro. Nela a coordenação avalia o acordo de Miami como uma vitória política dos EUA, que preserva sua estratégia central: *"A reunião e a resolução de Miami apontam para a aceleração do calendário da Alca, cujas instâncias decisivas serão as futuras reuniões em 2004"*.

A declaração aponta um calendário de lutas para intensificar as mobilizações e reafirma a exigência para que o governo Lula rompa com as negociações.

Para isso é fundamental retomar o trabalho de base e construir uma campanha de massas contra a Alca, com grandes manifestações como foram as Diretas e o Fora Collor. Também é necessário conduzir com firmeza a campanha, exigindo a ruptura das negociações e que o governo Lula realize, em outubro, um plebiscito oficial sobre a Alca.

O desafio já começou em janeiro. Entre os dias 26 e 30, foi realizado o III Encontro Hemisférico Contra a Alca em Havana (Cuba), cujo objetivo foi preparar a mobilização continental contra a Alca. A primeira delas deverá ocorrer simultaneamente ao encontro dos negociadores em Puebla no México. Assim como no ano passado, no dia 20 de março haverá um dia mundial de luta contra a guerra. Aqui na América Latina, a luta contra a Alca será um dos eixos desse dia. Neste ano, o Primeiro de Maio estará sendo preparado como um *dia de luta pelo trabalho contra a Alca*.

No Brasil as mobilizações precisam acontecer com muita força, pois a próxima reunião de cúpula ministerial entre os negociadores da Alca será realizada aqui, provavelmente entre julho e agosto. Devemos sacudir o país e realizar grandes manifestações a exemplo dos protestos antiglobalização de Seatlle e Gênova.

É fundamental garantir o sucesso dessas mobilizações. Só a luta dos trabalhadores e do povo pode impedir a implementação da Alca, até porque o governo Lula age em colaboração com a estratégia recolonizadora do imperialismo norte-americano e, ao longo deste ano, seguirá negociando a nossa soberania. ■

FOTO WLADIMIR DE SOUZA

MANIFESTANTES protestam em frente ao Banco Central, na Avenida Paulista

CALENDÁRIO DA CAMPANHA

FEVEREIRO

1ª semana - Manifestações em Puebla (México) contra a rodada de negociações da Alca.

MARÇO

20 - Mobilização Mundial contra a guerra e contra a Alca

ABRIL

14 e 15 - 13ª Plenária da Campanha Contra a Alca

MAIO

1ºde Maio - Dia de Luta pelo trabalho e contra a Alca

JULHO

1º quinzena - Fórum Social das Américas - Quito (Equador)

(a definir) - Mobilizações contra a Reunião Ministerial de negociação sobre a Alca, no Brasil

SETEMBRO

01 a 07 - Grito dos Excluídos durante a Semana da Pátria

OUTUBRO

03 - Proposta de data para a realização do Plebiscito Oficial sobre a Alca

CORTINA DE FUMAÇA

Governo não pode usar fichamento para esconder entreguismo

Desde o primeiro dia de janeiro, a medida de reciprocidade que obriga o fichamento – exigência de fotos e digitais – de cidadãos norte-americanos que ingressam no país, vem causando polêmica. Tudo começou com a determinação do juiz Julier Sebastião da Silva, em resposta ao mesmo tratamento designado a brasileiros nos EUA. A polêmica chegou ao seu auge quando um piloto norte-americano foi detido no aeroporto de Guarulhos (SP), após fazer um gesto obsceno durante a identificação.

Setores da burguesia brasileira não demoraram a exigir que o governo revogasse a medida. Para eles, o fichamento é uma "bobagem" que pode prejudicar as relações com o governo dos EUA e atrapalhar o turismo. O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL), até preparou uma recepção para os *gringos* no aeroporto – com direito a samba e dançarinas – que lembrou tristemente o turismo sexual.

O fato é que a ação de reciprocidade ganhou a imensa simpatia da população. Não só da classe média, cansada de passar por procedimentos vexatórios para entrar nos EUA, mas também da população trabalhadora, que enxerga no imperialismo norte-americano a culpa pela fome e miséria do mundo.

O governo Lula, que não teve a menor responsabilidade pela medida e passou dias sem se posicionar, ao perceber que a opinião pública estava a favor, lançou uma portaria mantendo o fichamento dos turistas norte-americanos.

A reciprocidade chama a atenção para as medidas preconceituosas e discriminatórias infligidas por Bush, que impede o acesso de cidadãos dos países pobres aos EUA. São notórios os casos de prisões ilegais, maus tratos e principalmente de assassinato de milhares de imigrantes que tentam entrar no país pela fronteira mexicana, onde foi erguido o "Muro da Vergonha". No entanto, o conflito gerado pela medida é muito limitado e o governo Lula tenta se utilizar deste episódio para acobertar sua política externa entreguista, como faz ao continuar negociando a Alca e ao pagar a dívida externa.

Precisamos de uma verdadeira mobilização de massas para derrotar os planos de recolonização do imperialismo. Para isso é fundamental romper com a Alca e o FMI. Se Lula rompesse com tudo isso, certamente teria o respaldo e a simpatia dos trabalhadores brasileiros. ■

Reforma universitária de Lula retoma o conceito de FHC

ROBERTO LEHER*,
Especial para o **Opinião Socialista**

Foto Ana Nascimento / Agência Brasil

CRISTÓVAM Buarque cumprimenta Tarso Genro, seu substituto no Ministério da Educação. Ao lado, charge de Latuff sobre a declaração de José Dirceu.

Após o MEC realizar um grande evento em parceria com o Banco Mundial e com uma ONG francesa, o núcleo dirigente do governo define a sua política para o ensino superior do país. Também aqui a agenda do Banco Mundial é dominante, colocando um fim à crença de que é possível compatibilizar a política econômica neoliberal e com uma política social capaz de resgatar a dignidade das condições de vida do povo brasileiro. A sinalização de que a reforma não poderá ser feita por acadêmicos, conforme as palavras de Lula da Silva, aparentemente confirma as ameaças de José Dirceu: *"o pau vai comer!"*.

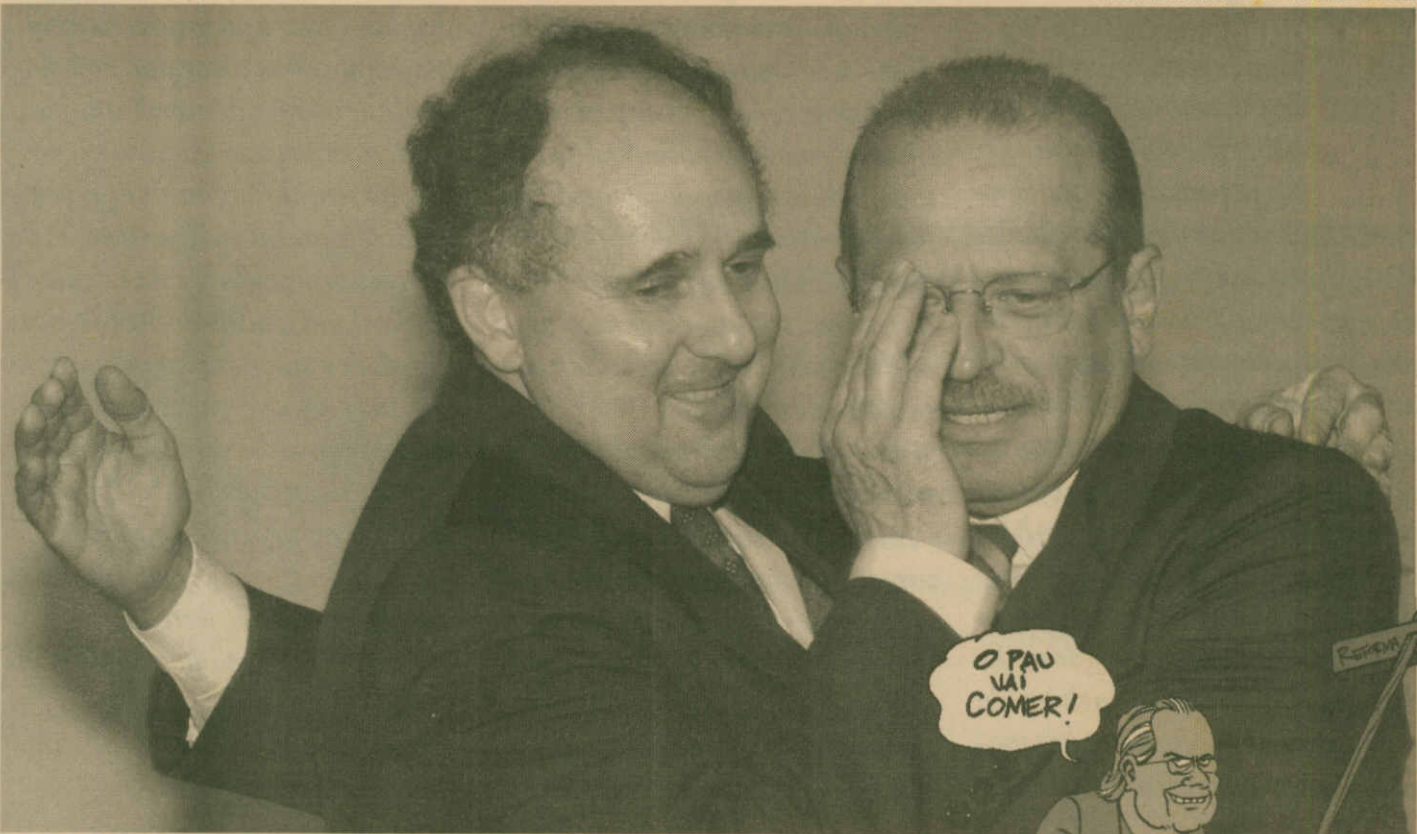
O novo ministro, Tarso Genro, seguramente está mais capacitado para operar, em favor do núcleo dirigente, as contradições entre a proclamada defesa da universidade pública e a política macroeconômica que privilegia o capital financeiro. O curso da reforma está, portanto, nas mãos dos lutadores sociais e do movimento em defesa da escola pública.

NOVAMENTE, AUTONOMIA PARA DESREGULAMENTAR A UNIVERSIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

As propostas do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI (15/12/03) para enfrentar a crise atual das universidades federais estão inscritas em um escopo estratégico mais amplo, objetivando criar uma plataforma para a "grande" reforma universitária que o governo Lula pretende apresentar ao Congresso *"após amplo debate"* **ainda no primeiro semestre de 2004**. O GT foi coordenado pelo núcleo do governo, em especial, a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência.

O documento aborda temas como ampliação da oferta de ensino, metas de contratação docente, bolsas para jovens doutores e aposentados, autonomia, fundações e financiamento. Outros problemas são esquecidos, como a urgente assistência estudantil. É preciso, portanto, separar o que são "atrativos" e o que são as orientações políticas mais profundas, para não se perder no mundo das aparências.

AUTONOMIA E FINANCIAMENTO

Considerando as grandes orientações do Banco Mundial, co-patrocinador do Seminário Internacional do Ensino Superior do MEC, e as medidas concretamente encaminhadas pelos governos neoliberais da América Latina, é possível formular a hipótese de que **o eixo estruturador da proposta é a autonomia universitária conjugada com o financiamento**, a exemplo da PEC-370/96 encaminhada por Fernando Henrique e Paulo Renato de Souza. São os mesmos pressupostos: é preciso liberalizar a universidade em função de uma nunca definida *"revolução tecnológica"* e, quanto mais próxima ao mercado, mais *moderna* seria a universidade.

O documento crê que estaria *"outorgando autonomia"* às instituições federais de ensino superior, como se a autonomia não fosse um preceito auto-aplicável da Constituição. Em contrapartida, a universidade deverá *"incorporar representações da sociedade em seus órgãos colegiados"* (p.17). Pierre Bourdieu, criticando o Relatório Attali, nos diria: quando falam em representações da "sociedade" estão querendo dizer na verdade do "**mercado**"!

> QUANTO MAIS PRÓXIMA AO MERCADO, MAIS *MODERNA* SERIA A UNIVERSIDADE

A importância da autonomia é instrumental e pragmática: ***"a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos"*** (p.15). Por isso, a institucionalização definitiva das **fundações privadas** faz parte do eixo das propostas. Estas cumpririam o papel das "Organizações Sociais": *"Com esses dois instrumentos – **autonomia e fundações de apoio** – as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a **captação de recursos**..."*. Com essa proposição, o governo Lula estaria viabilizando as *organizações sociais* de Bresser Pereira e Fernando Henrique. As fundações de apoio privadas, robustecidas e melhor amparadas legalmente, estabeleceriam "contratos de gestão" eufemisticamente denominados de "Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo".

Este "pacto" objetiva massificar a oferta de vagas. Aos que aderirem, o MEC se propõe a ampliar os fluxos de recursos, pagando um determinado *per capita* (semelhante ao Fundef). As metas específicas serão objeto de edital público aberto à concorrência entre as instituições públicas e privadas do Sistema Nacional de Avaliação (p.19)!

A avaliação segue como eixo da política educacional. Após tecer elogios a Gratificação de Estímulo a Docência (GED), considera a avaliação de desempenho produtivista um dos fatores que evitou o desmoronamento das universidades, propugna que a forma de relação da universidade com o governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação. O futuro da universidade passa a depender da avaliação definida por uma "Comissão Nacional de Avaliação" constituída por sete membros, **todos escolhidos pelo governo** (MP 147). Na autonomia didático-científica, o GTI propõe que o referido sistema de avaliação dará "reconhecimento às universidades comprometidas em realizar pesquisas voltadas para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional", conforme o modelo coreano defendido pelo ministro José Dirceu. O documento indica, ainda, que o sistema de avaliação promoverá a *"classificação das instituições e cursos"* (p.16).

A autonomia administrativa é tida como capaz de assegurar *"a administração de seus **serviços**"*, a contratação e a exoneração de pessoal e *"decidir o seu plano de carreira"*, indicando que as considerações do ex-ministro da Educação, de que a carreira única é um obstáculo a autonomia, foram incorporadas pelo núcleo dirigente do governo.

EXPANSÃO DA OFERTA: EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA

Um dos mais evidentes "atrativos" do documento é a afirmação de que as universidades públicas deverão alcançar 40% do total das matrículas do ensino superior em 2007, conforme meta do Plano Nacional de Educação. Examinando mais de perto, verifica-se, contudo, que essa diretriz não está em contradição com o conteúdo privatista operacionalizado pela autonomia. A expansão dar-se-ia pela tríplice combinação de aumento da carga didática dos docentes, aumento do número de estudantes por classe e, principalmente, pela **educação a distância (EAD)**. Propõe criar o "Centro Darcy Ribeiro de EAD" para superar os *"conhecidos limites da educação presencial"* (p.20). A meta para 2007 é de 500 mil estudantes a distância! A duplicação da oferta dar-se-ia por meio de ensino massificado e minimalista, pressupondo graus diferenciados de cidadania e descaracterizando a docência e, portanto, o cerne do fazer universitário.

Para combater essa perniciosa reforma neoliberal das universidades é imperativo promover amplo debate sobre os projetos em confronto. É indispensável a afirmação por parte das universidades, sindicatos e entidades democráticas de um projeto de universidade pública, gratuita, universal e autônoma, capaz de contribuir para o rompimento da submissão cultural. Isso significa, como nos ensinou mestre Florestan Fernandes, combater a causa da submissão cultural: o próprio capitalismo dependente. Empunhando essas consignas, será possível organizar as lutas vindouras e ampliar, qualitativamente, o ensino público superior. ■

**** Roberto Leher é professor da UFRJ, pesquisador do CLACSO no Laboratório de Políticas Públicas da UERJ***

WWW.PSTU.ORG.BR

Baixe o documento do Grupo de Trabalho Interministerial
www.pstu.org.br/juventude.asp

PREPARAR A LUTA CONTRA A "REFORMA" SINDICAL E TRABALHISTA

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA,
Presidente do PSTU e membro da Executiva da CUT

Está em fase de finalização no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) a construção da proposta de reforma Sindical e Trabalhista do governo Lula. Um primeiro acordo feito entre governo, representação das centrais sindicais e representação empresarial desmembrou em duas fases a discussão e implementação da reforma.

Num primeiro momento, com proposta a ser enviada ao Congresso Nacional ainda em fevereiro ou março deste ano, seriam feitas as mudanças na legislação sobre organização sindical e relações de trabalho – a chamada reforma sindical. Num segundo momento, provavelmente em 2005, as mudanças na legislação sobre direitos trabalhistas – a reforma Trabalhista.

Não por acaso foi feita essa divisão. Trata-se de uma negociação que prevê fazer agora concessões importantes à cúpula do movimento sindical (as centrais sindicais), para depois modificar, flexibilizar ou mesmo eliminar direitos trabalhistas – seja na segunda fase da reforma, seja através de negociação coletiva – com a complacência ou participação das centrais.

E as concessões à cúpula sindical não são pequenas. Na verdade elas já vêm sendo efetivadas na forma de cargos para dirigentes, facilitação de acesso a verbas públicas para financiamento de projetos de serventia mais que duvidosa para os trabalhadores, na autorização para as centrais constituírem os seus fundos de pensão etc.

No entanto, agora se trata de concessões estruturais que podem – se efetivadas – levar a profundas transformações no sistema de organização sindical e de relações de trabalho do país.

Transformações estas que não apontam no sentido das mudanças pelas quais sempre lutamos no sistema de relações de trabalhos e na estrutura sindical, no sentido de buscar mais liberdade e autonomia sindical para fortalecer nossas organizações para a luta em defesa dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora brasileira. Estamos frente à possibilidade de um retrocesso histórico nestas duas questões, que pode, de resto, liquidar de vez com o projeto de central sindical que começamos a construir em 1983, quando fundamos a Central Única dos Trabalhadores. ■

Foto Samuel Tosta

BONECOS de Lula e Berzoini em manifestação de servidores no Rio de Janeiro, em julho de 2003

O que pode mudar com a "reforma" sindical

1 NEGOCIAÇÃO

O primeiro tema tem a ver com a atribuição de negociação e contratação em nome dos trabalhadores. Essa atribuição que hoje é dos sindicatos e submetida à aprovação de assembléia de base, passaria a ser exercida também pelas centrais.

Ainda que se possa dizer que essas negociações também dependeriam de aprovação de assembléias de base, é evidente a dinâmica que vai se abrir com uma mudança dessa natureza. Aquele que é o poder mais importante da representação sindical - o de definir no contrato ou na convenção coletiva as regras de relações de trabalho, ou seja, os direitos dos trabalhadores - seria deslocado para a cúpula das centrais, ainda mais distante do controle da base. As dificuldades concretas para que qualquer coisa a ser negociada por uma central seja discutida em assembléias de base em todo o país obviamente serão usadas como argumento para justificar uma autonomia cada vez maior, até ser completa, da cúpula em relação à base.

Seria a liquidação de um princípio fundacional da CUT - a autonomia e a soberania das assembléias dos trabalhadores na base - e a implantação no atacado do famigerado "sindicato orgânico" que a *Articulação Sindical* tentou implantar na CUT alguns anos atrás. Chega a tal ponto a ofensiva centralizadora, que eles chegam a propor a "delegação" para outra entidade sindical do poder de representação de uma entidade sindical legitimamente constituída quando esta "se negar a negociar"...

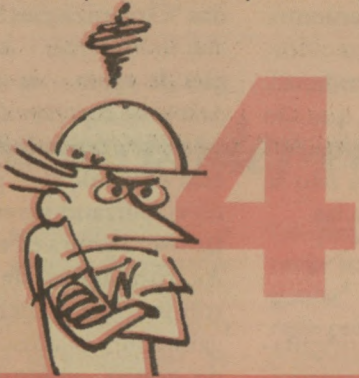
2 REPRESENTAÇÃO SINDICAL

O segundo aspecto é a transferência para a cúpula das centrais do controle de toda a estrutura de representação sindical. Longe do princípio cutista e do sindicalismo combativo de defesa da liberdade e autonomia sindical, o acordo, negociado inclusive pela CUT, simplesmente transfere o monopólio de representação hoje assegurado às atuais entidades pela "unicidade sindical" para a cúpula das centrais.

Estas passariam a ter o poder de delegar representação a um sindicato, federação ou confederação criada, desde que sob os seus auspícios, obviamente. Caso não conte com a anuência de uma central sindical, os trabalhadores que quiserem construir um novo sindicato precisariam sindicalizar pelo menos 25% dos trabalhadores da base a ser representada. Não seria exagero dizer que nenhum dos sindicatos hoje existentes conseguiriam representação sindical se fosse feita essa exigência quando foram fundados. No entanto se contar com o beneplácito de alguma central, cai a exigência de sindicalização mínima. Num bom português: os amigos da direção da central podem fundar o sindicato que quiserem. Os que não forem amigos, se quiserem fundar o sindicato, que tratem de sindicalizar 25% da base.

As conseqüências disso são óbvias, basta ligar essa "atribuição" das centrais a outra mudança em discussão, que autoriza a "delegação" da representação de uma entidade que "não queira negociar" para outra entidade, e qualquer um pode perceber onde isso pode ir parar.

3 DIREITO DE GREVE

A terceira ordem de mudanças tem a ver com o acesso ao exercício do direito de greve previsto na constituição federal. Os elementos de regulamentação que estão em discussão no FNT apontam para um maior engessamento das entidades sindicais, uma obstaculização ainda maior do que a já existente para que os trabalhadores organizem as suas lutas e façam valer as decisões das suas assembléias, chegando ao ponto de praticamente proibir a prática dos piquetes.

4 FINANCIAMENTO

As mudanças na forma de financiamento da estrutura sindical obedecem ao mesmo padrão de cinismo. Vendendo como uma vitória a extinção do malfadado imposto sindical (que leva do trabalhador um dia de salário ao ano, o que corresponde a 3,3% de um salário mensal), as centrais negociaram com o governo, com a anuência dos empresários, um desconto por ocasião das negociações coletivas que, aprovado em assembléia, seria obrigatório a todos (sócios e não sócios) e pode chegar até 12% de um salário mensal. Há mais uma diferença, mera coincidência é claro: parte desse desconto será destinado diretamente às centrais.

"Reforma" sindical prepara retirada de direitos trabalhistas

Se associamos essas mudanças que estão sendo negociadas às posições e concepções políticas e sindicais que vêm sendo assumidas pela direção da CUT (é a única das centrais sobre a qual vale a pena debater) temos um quadro mais acabado.

A direção sindical que está negociando estas mudanças é a mesma que foi pioneira nos acordos de "flexibilização", de banco de horas e de contratação temporária. É a mesma direção que negociou um acordo como o que foi feito com os bancos para a concessão dos chamados "empréstimos consignados em folha de pagamento" e que tem um presidente que se presta a posar de garoto propaganda de uma universidade privada.

Enfim, é a mesma direção sindical que está comprometendo completamente a autonomia da nossa central frente ao governo, a ponto de ter a postura que teve perante a contra-reforma da Previdência e à greve dos servidores federais ocorrida no ano passado. Todos sabemos onde isso vai dar....

Foto Agência Brasil

RICARDO Berzoini deixa o Ministério da Previdência para substituir Jacques Wagner e fazer a reforma Trabalhista

Poder total para a cúpula será o primeiro passo para posterior imposição da "flexibilização" – eufemismo para a "retirada" – dos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, licença maternidade, descanso semanal remunerado, etc, etc.

Isto será feito mediante não apenas contra-reforma constitucional, mas também através de mudanças infraconstitucionais e "acordos coletivos".

CONVOCATÓRIA

ENCONTRO SINDICAL NACIONAL

Construir a resistência contra a reforma Sindical e Trabalhista

Nos dias 13 e 14 de março, em Brasília, acontecerá o Encontro Sindical Nacional, que pretende reunir entidades (filiadas ou não à CUT), dirigentes e ativistas sindicais para criar um Fórum, um movimento de lutas, contra essa(s) reforma(s). É, portanto, um evento de enorme importância e deve contar com a participação de todos os setores combativos do movimento sindical brasileiro. Abaixo, reproduzimos a convocatória ao Encontro:

"A realização do Encontro Sindical Nacional, nos dias 13 e 14 de março de 2004, em Brasília, é uma resposta dos trabalhadores contra a tentativa do governo Lula de destruir direitos sindicais e trabalhistas por meio de projeto de emenda constitucional a ser apresentado no Congresso em fevereiro. Pelo acordo fechado no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) a reforma Sindical acontecerá em 2004 e a reforma Trabalhista em 2005, depois das eleições municipais.

As mudanças na chamada reforma Sindical que vêm sendo acordadas dentro do FNT pelas centrais sindicais (inclusive a CUT), pela representação dos empresários e pelo governo, longe de avançar no sentido da liberdade e autonomia sindical pela qual sempre lutamos, caminha em sentido contrário. Concentra poderes na cúpula sindical com a atribuição às centrais do direito de negociação e contratação, que exercida sem o controle da base equivale à eliminação da soberania das assembléias de base para definir o que se negocia e sobre a assinatura ou não de um acordo coletivo. Vai mais além: o que se está acordando transfere à cúpula das centrais o poder de reconhecer ou não um sindicato criado na base e de escolher qual sindicato representará os trabalhadores de uma determinada base. Pretendem acabar com qualquer autonomia das organizações sindicais.

Todos sabemos a gravidade de mudanças dessa natureza. Estaria aberta a porta para que as centrais possam negociar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, por um lado e, por outro, estariam dadas as condições para a destruição do sindicalismo combativo, que não aceita a conciliação de classes e a destruição dos direitos dos trabalhadores.

Esta situação exige de nós um esforço urgente para esclarecer os trabalhadores sobre o que está acontecendo e preparar ações que impeçam a destruição da liberdade de organização da nossa classe. Sem sindicatos que sejam autônomos e independentes, o combate dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, contra a Alca, contra o pagamento da dívida externa e contra a desregulamentação dos direitos trabalhistas, ficará profundamente comprometido.

O Encontro Sindical Nacional será um primeiro momento em que reuniremos nacionalmente sindicatos, dirigentes e ativistas, filiados ou não à CUT, para uma primeira discussão, que nos permita construir um amplo movimento de luta, um fórum de resistência contra a reforma sindical e trabalhista, um pólo de aglutinação de entidades, dirigentes e ativistas para lutar em defesa dos interesses da nossa classe. Todas as entidades, dirigentes e ativistas que queiram ser parte dessa luta estão convocados.

O Encontro acontecerá dias 13 e 14 de março de 2004 em Brasília. Entre o final do mês de janeiro e o início de março a orientação é para que se realizem encontros e seminários estados, regiões, e mesmo por setores e entidades para avançar já na discussão e para preparar a ida para o Encontro Nacional."

ENTIDADES QUE ASSINAM A CONVOCATÓRIA:

- ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Brasileiras
- FENAM - Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT
- FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores no Judiciário Federal
- FSDMG - Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais/CUT
- UNAFISCO SINDICAL - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
- SINASEFE - Sindicato Nacional dos Trab. nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais
- FENASPS - Federação Nacional dos Trab. Federais na Saúde, Previdência e Trabalho

BREVE HISTÓRIA DO SINDICALISMO

ENEIDA ALMEIDA, de São Paulo (SP)

Se dividirmos, para efeito de melhor compreensão, a história do movimento sindical brasileiro, levando em consideração os elementos predominantes de sua atuação, podemos considerar a existência de pelo menos quatro momentos fundamentais.

GREVE GERAL de 1917, em São Paulo (SP)

INÍCIO DO SÉCULO XX

O primeiro, dominante nas três primeiras décadas do século XX, é marcado por uma intensa onda de lutas da jovem classe operária brasileira, cuja direção, é fortemente influenciada pelo ideário anarquista e socialista. Adeptos da luta direta e anticapitalistas, os anarco-sindicalistas e anarco-socialistas estiveram à frente de vários sindicatos e dirigiram lutas que foram responsáveis pela conquista das primeiras medidas legais de proteção aos trabalhadores. Eles eram considerados parte da ameaça vermelha que rondava o mundo capitalista a partir da Revolução de 1917 e por constituírem, na prática, um empecilho aos projetos de industrialização, baseados no taylorismo/fordismo, foram intensamente reprimidos. ■

Foto CPDOC / FGV

GREVE dos barcos e bonde em Niterói (RJ), em 1935

ATRELAMENTO AO ESTADO

É com o objetivo de desmantelar a estrutura sindical autônoma vigente que, a partir de 1931, são criadas leis que ao mesmo tempo em que garantem conquistas sociais estabelecem uma maior submissão do trabalho ao Capital. Os sindicatos passam a ser considerados parte da estrutura do Estado.

Quatro anos depois, lançando mão da Lei de Segurança Nacional, Getúlio Vargas intensifica ainda mais a repressão ao movimento. Fecha os sindicatos autônomos e prende suas lideranças. Inaugura-se, conseqüentemente, um novo momento do movimento sindical brasileiro no qual passa a predominar, mesmo que com variações ocasionadas pela pressão das mobilizações (como as do início dos anos 60), um tipo de sindicalismo apoiado na colaboração de classes. Os sindicatos se convertem em órgãos de sustentação da ordem capitalista. ■

Foto arquivo PSTU

LULA participa de Conclat em 1983, preparando a construção da CUT

O NOVO SINDICALISMO

Em maio de 1978 ocorre o salto de qualidade de um longo processo de resistência que se desenvolveu durante os anos mais duros da ditadura. Com os níveis de exploração atingindo patamares insuportáveis e com o fim do "milagre econômico", a classe operária do ABC rompe a barreira da legalidade e desencadeia um poderoso movimento que marcará profundamente a organização sindical e política dos trabalhadores.

Concretiza-se, neste momento, uma ruptura entre a prática das direções existentes no pré-64. Se por um lado, no período anterior ao golpe, as lideranças dos trabalhadores, em grande parte ligadas ou influenciadas pelo PCB, balizavam sua política a partir de uma análise que apontava para a necessidade de uma ampla frente com setores burgueses, considerados "progressistas", a direção forjada no final da década de 70, se forma a partir de uma base que vê na independência de classe e na luta condições essenciais para arrancar conquistas.

É esta a prática que norteará a fundação da CUT, em 1983, e, na mesma década, impulsionará a formação de inúmeras oposições sindicais que visavam derrubar as direções pelegas.

Ao contrário do curso dos acontecimentos em diversos países, inclusive nos que adotaram o *welfare state*, no Brasil a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores só ganha força nos anos 90. O "atraso" de pelo menos 10 anos na implementação das medidas anti-sociais é atribuído, entre outros fatores, à força do movimento sindical brasileiro. ■

ANOS 90: DO SINDICALISMO CIDADÃO AO SINDICALISMO DE NEGÓCIOS

Os primeiros sinais de mudança surgiram ainda no fim dos anos 80, com a idéia do sindicalismo cidadão e com as mudanças, em 1989, no estatuto da CUT, dificultando a participação da base nas instâncias. Daí pra frente, não faltam exemplos: Câmaras Setoriais; participação (em 1995) no acordo de reforma da Previdência de FHC; o peso crescente de verbas do FAT na sustentação da estrutura sindical; acordos que flexibilizam direitos e regulamentam, por meio de PDV´s, demissões; defesa do *sindicato orgânico* etc.

Em essência, nos anos 90, mais que a idéia de participar de organismos tripartites, privilegiar a conciliação de classes e negociação em detrimento da mobilização dos trabalhadores, predomina na CUT, uma concepção de atuação baseada na lógica do mercado. À prática sindical, sob o argumento da necessidade de apresentar propostas "viáveis", são incorporadas "preocupações" com a produtividade, competitividade e lucratividade das empresas. Este passa a ser o

Foto Alexandre Leme

LUIZ MARINHO, presidente da CUT, em outdoor de universidade privada de São Paulo

limite imposto à luta dos trabalhadores.

Como salto de qualidade da tendência em curso nos anos 90, assistimos também, a partir da vitória de Lula, não só a crescente incorporação de dirigentes sindicais às estruturas do governo, mas a participação direta deste setor na administração de dois importantes fundos de pensão: a Previ (o maior da América Latina) e a Petros.

Aprofunda-se, dessa forma, o distanciamento da Central das estruturas sindicais de base, assim como, na prática, a proximidade a um modelo de sindicalismo anteriormente rechaçado: o sindicalismo de negócios. ■

SAIBA MAIS

TAYLORISMO / FORDISMO

Doutrinas econômicas desenvolvidas por **Henry Ford** (1863-1947) e **F.W. Taylor** (1856-1915) baseadas na fabricação em massa de bens padronizados (como os automóveis), uso de máquinas especializadas e trabalhadores semi-qualificados, não comunicação entre os trabalhadores, criação da gerência "científica", separação sistemática da concepção e da execução das tarefas e da criação das linhas de montagem, com controle absoluto do ritmo do trabalho.

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN)

A LSN, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.

MILAGRE ECONÔMICO

Período entre 1968 e 1973, quando, sustentado em um volumoso endividamento externo, foram feitos pesados investimentos em infra-estrutura, nas indústrias de base, de transformação, equipamentos e bens duráveis (veículos e eletrodomésticos). No início da década de 70, a economia apresenta resultados excepcionais, com o PIB crescendo a 12%. Em meados dos anos 70, a crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleram a expansão industrial e jogam o país numa profunda crise, revelando que o tal "milagre" havia deixado de fora milhões de trabalhadores.

WELFARE STATES

Trata-se do chamado "Estado do bem-estar social". Nome dado, geralmente nos países dirigidos pela social-democracia, no período após a Segunda Grande Guerra Mundial, para as políticas de intervenção do Estado nas áreas sociais (saúde, Previdência, educação etc).

Servidores iniciam campanha salarial

PRIMEIRA PLENÁRIA NACIONAL DESTE ANO DECIDE DENUNCIAR O DESCOMPROMISSO DO GOVERNO FEDERAL COM O SETOR E APROVA INDICATIVO DE GREVE GERAL PARA O MÊS DE ABRIL

CARLA LISBOA,
especial para o **Opinião Socialista**

A indignação foi o sentimento predominante entre os 117 delegados e 52 observadores que participaram da primeira Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, no dia 18 de janeiro, em Brasília. Depois da explicação sobre as perdas salariais do funcionalismo nos últimos nove anos, inclusive no governo Lula, os delegados aprofundaram a discussão sobre a campanha salarial deste ano.

Os servidores mostraram-se revoltados com a falta de compromisso do governo que, um ano depois de instalada a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), não apresentou nenhuma proposta sobre a política salarial do setor. Apesar de os servidores estarem em plena data-base, os representantes do governo disseram, na primeira reunião da MNNP, realizada no último dia 15, que só poderão iniciar essa discussão na próxima reunião, prevista para o dia 19 de fevereiro. Isso se houver consenso nos ministérios. Ou seja, o governo não se comprometeu em apresentar nenhuma proposta.

Enquanto isso, só com a inflação acumulada no ano passado os servidores federais perderam 9,56% do poder aquisitivo, sem contar as perdas de anos anteriores, que chegam a 127,3%. Diante disso, os delegados decidiram restabelecer praticamente as mesmas reivindicações de 2003.

Também será denunciado que as investidas do governo prejudicam toda a população, já que as reformas promovem o desmonte dos serviços públicos. Os sindicalistas concluíram que a MNNP não passa de encenação do governo para tentar dizer que há uma predisposição de negociação. O que realmente acontece é o total desprezo em cumprir os compromissos assumidos com os servidores. Nenhum item da campanha salarial do ano passado foi atendido. Diante disso, a única saída, aprovada na Plenária, é enfrentar essa situação com unidade.

Com o FMI, no entanto, a conversa é outra. Só no ano passado o governo pagou aos banqueiros internacionais

FOTO RONALDO BARROSO / FENAJUFE

150 bilhões de reais e reservou para toda a despesa com os servidores públicos apenas 2,2 bilhões. Diante disso, os representantes do funcionalismo público no movimento sindical decidiram que o eixo da campanha salarial de 2004 será a exigência de reposição das perdas desde 1995, de acordo com os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese).

Os servidores também decidiram continuar reivindicando a reposição salarial, a paridade entre ativos e inativos, o fim da terceirização e o indicativo de greve para abril, caso o governo siga enrolando nas mesas de negociação. O lançamento da campanha salarial será em março. Além disso, os delegados levarão para a próxima plenária temas como a desautorização da CUT de falar em nome dos servidores no Fórum Trabalhista. ■

CALENDÁRIO

11 e 12 de fevereiro - Seminário sobre reformas sindical e trabalhista da CNESF
13 e 14 de fevereiro - Plenárias Setoriais
15 de fevereiro - Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais
19 de fevereiro - Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente

RODOVIÁRIOS

Forte repressão não impede vitória dos rodoviários do Amapá

ELTON CORRÊA,
de Macapá (AP)

Os rodoviários do Amapá vivenciam uma dura realidade. Depois de um acordo coletivo vitorioso que conquistou uma reposição salarial de 17%, em julho do ano passado, a patronal investiu duramente sobre a categoria e foi aos poucos, com a ajuda da Delegacia Regional do Trabalho, dirigida em boa parte por ex-sindicalistas do PT, subtraindo suas vitórias e voltando a implementar o banco de horas, o contrato temporário de trabalho, encurtando o horário das linhas e reduzindo a frota. O sindicato durante meses denunciou a situação e exigindo uma postura dos órgãos governamentais.

A situação chegou ao cúmulo quando uma das maiores empresas de ônibus da cidade, a Estrela de Ouro, atrasou em três meses o pagamento dos salários, além das férias e horas-extras. O valor referente ao INSS não é recolhido e o do fundo de garantia há anos não é depositado. Reunidos em assembléia, os trabalhadores decidiram ocupar por tempo indeterminado o sindicato patronal (SETAP), como forma de agilizar o processo emperrado na Justiça.

A ocupação se deu no dia 10 e na tarde do dia 11 de dezembro, após liminar da Justiça do Trabalho, a categoria foi traiçoeiramente agredida pela polícia de choque do estado. Dezenas de pessoas saíram feridas. Além disso, toda a diretoria do sindicato foi presa, inclusive o presidente e o vice, Joinville Frota e Carlos Clay, ambos militantes do **PSTU**.

MILITANTES do PSTU presos e passeata em Macapá

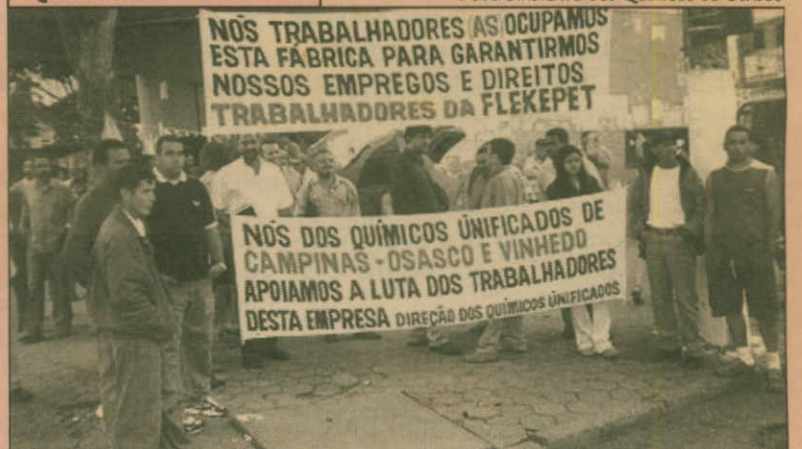
MOBILIZAÇÃO GARANTE VITÓRIA

Mas os trabalhadores não se deixaram intimidar, promovendo passeatas até a prefeitura, cobrando explicações do prefeito João Henrique (PT). Também foi realizada uma manifestação em frente ao palácio do governo e a sede da Justiça do Trabalho, exigindo a libertação dos sindicalistas e a intervenção judicial na empresa como forma de garantir o pagamento das dívidas trabalhistas.

Diante da pressão dos trabalhadores, o governo foi obrigado a libertar os sindicalistas e a Justiça do Trabalho decretou intervenção na empresa para abertura de suas contas.

A vitoriosa mobilização ainda impediu a demissão de dezenas de trabalhadores que estavam ameaçados pela empresa. ■

QUÍMICOS

FOTO SINDICATO DOS QUÍMICOS DE OSASCO

Trabalhadores assumem controle de fábrica em São Paulo

EVERALDO DUARTE DE OLIVEIRA,
de Itapevi (SP)

Os patrões da Flekepet Tecnologia em Reciclagem, localizada na cidade de Itapevi (SP), tentaram dar um golpe nos 143 trabalhadores da empresa. No dia 18 de novembro de 2003, a diretoria comunicou que iria interromper a produção por motivo de brigas entre os sócios. O Sindicato dos Químicos Unificados de Osasco, Campinas e Vinhedo, alertado pelos trabalhadores, convocou uma assembléia geral e apontou todas as irregularidades e riscos que os trabalhadores estavam correndo se deixassem a fábrica nas mãos dos patrões.

Diante disso, a assembléia exigiu o pagamento dos salários atrasados e a retomada da produção. No dia 9 de dezembro, após um ato em frente à empresa, foi instalada uma assembléia para avaliar o abandono da fábrica pelos patrões. Os trabalhadores, juntamente com o sindicato, decidiram ocupar a empresa e retomar a produção, como forma de garantir os salários, empregos e direitos.

Os trabalhadores vêm resistindo bravamente para garantir seus empregos. A ocupação já dura 45 dias e os operários necessitam de todo o apoio e solidariedade. ■

CONTRIBUA E VISITE A FÁBRICA FLEKEPET
Estrada Velha de Itu, 720 - Bairro Itaqui - Itapevi (SP)
Conselho de Fábrica (11) 4144.6640 Sindicato (11) 4198.1387

450 ANOS DE CONTRASTES E LUTAS

WILSON H. DA SILVA,
da redação

O aniversário de São Paulo ocupou um enorme espaço na mídia. Minissérie global, reportagens especiais e uma mega festa fizeram parte do esforço para mostrar ao país que a maior cidade do Brasil não só é "de todos os brasileiros", mas também é expressão máxima de um Brasil que deu (ou pode dar) certo. Definições que mascaram uma outra história: esta é uma cidade-síntese dos contrastes brasileiros e das muitas lutas que marcaram os 450 anos.

A primeiríssima providência dos colonizadores que aqui chegaram foi erguer um colégio e agregar o nome do santo católico à cidade (chamada de Piratininga) com o objetivo de "catequizar" e "domesticar" os nativos. Diante da forte resistência, o discurso de Anchieta, líder dos jesuítas, foi bastante claro. Em carta de 1562, o padre escreveu: *"Parece-nos agora que nesta Capitania estão abertas as portas para a conversão dos gentios (...) para este gênero de gente não existe melhor pregação que espada e vara de ferro"*.

E foi exatamente isto que marcou a pouco louvável história da cidade por dois séculos. Afinal, foram daqui que partiram os famigerados bandeirantes que garantiram a expansão territorial através do extermínio dos povos indígenas, da perseguição aos negros e do saque generalizado.

DE PROVÍNCIA À CAPITAL DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Até o século 19, São Paulo foi um vilarejo. Quando a primeira ferrovia chegou na cidade, por volta de 1870, existiam 25 mil habitantes. Em 1899, já eram 250 mil pessoas. Em 1920, 580 mil.

O crescimento populacional acompanhou o aumento de sua importância econômica e foi marcado pela segregação e pela exploração. Os poucos indígenas sobreviventes foram isolados. Os muitos ex-escravos, marcados pelo desemprego, foram expulsos para a periferia, originando as primeiras favelas. Os imigrantes europeus, que chegavam aos milhares, eram submetidos a jornadas de até 15 horas e amontoavam-se em cortiços. Para exemplificar as condições de vida na época, basta lembrar que uma epidemia de gripe, em 1918, matou 10 mil pessoas em quatro dias.

Foi essa situação que deu origem às rebeliões que marcaram a primeira metade do século 20. Em 1917, a cidade foi totalmente paralisada por uma greve geral, dando início a quase uma década de rebeliões e mobilizações. Também foi neste ambiente que surgiu o movimento modernista, responsável por uma revolução nas artes e na cultura.

Um novo impulso industrial se deu nos anos 50, quando da implantação das multinacionais automobilísticas. A rápida industrialização, o crescimento desordenado da cidade e o empobrecimento da população marcam as décadas seguintes. Uma situação que, combinada com a resistência à ditadura militar, potencializou o fortalecimento dos movimentos operário e popular, tanto na cidade quanto nos seus arredores.

Nos anos seguintes, acompanhando processos que varriam todo o país, São Paulo acaba sendo palco de alguns dos principais eventos do período. Os protestos contra o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, detonam a luta pela Anistia; o assassinato do metalúrgico Manuel Fiel Filho, em 1976, deu visibilidade à luta da categoria que, com suas greves em 1978 e 79, marcaria o início do fim da ditadura; a violenta repressão aos estudantes da PUC, em 1977, colocou em evidência o movimento estudantil. Como também foi na cidade, em julho de 1978, que surgiu o embrião do *Movimento Negro Unificado* e, anos mais tarde, as principais organizações do movimento feminista e GLBT. Em 1983, um comício na frente do Estádio do Pacaembu fez ecoar por todo o país o grito pelas *Diretas Já*.

Por outro lado, *Sampa* também foi palco dos disparates da burguesia e seus aliados. Basta lembrar o Massacre do Carandiru, em 1992; as centenas de chacinas que ocorrem anualmente e os constantes ataques neofascistas a negros, nordestinos e gays.

Marcada por estas gritantes contradições, São Paulo se transformou em local privilegiado para refletir as lutas de nosso povo. Lutas que, em *Sampa*, se confrontam com os muitos problemas da cidade: seu trânsito caótico, seu cinzento horizonte, seus arrogantes burgueses e o ritmo alucinado de seus habitantes. Características, contudo, que não apagam aquilo que esta cidade tem de melhor: a concentração de uma massa trabalhadora, estudantil e popular com potencial para dar o devido troco aos 450 anos de exploração impostos pela poderosa classe dominante paulistana. ■

Retratos do contraste

Dentre os 10,4 milhões de habitantes, 4,4 milhões de pessoas vivem em favelas ou loteamentos ocupados.

Dos 5,4 milhões que compõem a mão de obra ativa, 1,1 milhão estão desempregados e somente 21% dos assalariados têm registro em carteira.

47% dos habitantes nasceram na cidade. 53% vieram do interior do estado ou de outras partes do país

Nos bairros mais nobres, como os Jardins, 41% possuem nível superior e 43% têm renda familiar acima de 10 salários mínimos. Na periferia, como Campo Limpo e Capão Redondo, os índices são de 4% e 5%, respectivamente.

FONTE: Dieese-Seade

Marta e PT: muito circo e nenhum pão

Marta Suplicy tentou transformar o aniversário da cidade em palanque eleitoral. Numa cidade carente de lazer, festas são bem-vindas. Mas o problema é outro: a gestão do PT não apresentou sequer um projeto que mexa nos problemas estruturais da cidade, sendo muito semelhante ao que ocorre há 450 anos. Fora algumas medidas compensatórias e projetos megalomaníacos como o CEU, a prefeita tem se limitado a maquiar a cidade.

Por essas e outras, a mesma massa que prestigiou os eventos não poupou vaias à prefeita e ao governador tucano Alckmin. O recado foi claro: festa é sempre bom, mas emprego, salário, transporte e moradia dignos são mais do que necessários.

FILME

Adeus, Lenin!

DIREÇÃO: WOLFGANG BECKER. COM DANIEL BRÜHL E KATRIN SA
ALEMANHA, 2003

"Adeus, Lenin!" é imperdível. Apresentando pela grande imprensa como uma crítica ao comunismo e uma sátira ao fim das ideologias, o filme, na verdade, é uma impressionante crítica ao estalinismo e à reconstrução do capitalismo na ex-Alemanha Oriental.

A história parte de uma idéia pra lá de inusitada. No final de 1989, uma fervorosa defensora do sistema – que, ao mesmo tempo, se dedicava a escrever cartas e mais cartas tentando corrigir os muitos desvios burocráticos do sistema – sofre um enfarte e entra em coma ao ver seu filho ser brutalmente reprimido em uma manifestação contra o Muro de Berlin. Passam-se oito meses. A mulher sai do coma e o filho é orientado pelos médicos a não expô-la a qualquer emoção forte.

Contudo, há um problema: no período em que esteve em coma, Erich Honecker foi afastado, o Muro caiu, a Alemanha foi unificada e o capitalismo começava a avançar a largos passos. Nesta situação, o filho decidi omitir tudo isso e recriar, no apartamento, o antigo regime, como se nada houvesse acontecido.

Nessa recriação do "socialismo real", com extremo bom humor, o diretor cria situações hilárias, particularmente através dos programas e noticiários que o dedicado filho cria com a ajuda do amigo cineasta.

NEM BUROCRATAS, NEM CAPITALISTAS

A situação absurda serve para expor o não menos absurdo mundo dirigido pela burocracia estalinista: o racionamento permanente, a falsificação da história, a censura, a falta de liberdades democráticas, etc.

Mas não só isso. O diretor também desmascara as mazelas impostas pela reintrodução do capitalismo na Alemanha Oriental: a filha universitária torna-se atendente de um *fast-food*, o desemprego cresce, a assistência social desaparece e ex-burocratas tornam-se corruptos capitalistas.

Longe de ser uma contundente defesa do socialismo (há uma certa tendência anarquista), o filme é um empolgante ataque àquilo que a burocracia e o capitalismo têm de pior.
(WILSON H. DA SILVA)

Críticas na Índia expõem limites do Fórum Social

EM SUA QUARTA EDIÇÃO, DE 16 A 21 DE JANEIRO EM MUMBAI, NA ÍNDIA, DIREÇÃO DO FSM IGNORA INSURREIÇÕES E LUTA CONTRA A GUERRA E A ALCA

YURI FUJITA,
da redação

Em meio a 1.600 atividades inscritas por 94 diferentes países e com cerca de 90 mil participantes, a organização do Fórum contou ainda com a concorrência de um "contra-fórum" organizado por entidades e partidos políticos radicais (hindus e asiáticos), que criticaram a falta de coesão política da direção do evento oficial e sua vinculação com multinacionais e governos neoliberais.

Apesar do clima de rechaço à ocupação norte-americana no Iraque e do enorme sentimento anti-imperialista que pairou sobre o evento, mais uma vez, a direção colocou o FSM distante das lutas anti-globalização que ocorrem em todo o mundo.

Semelhante ao último encontro, realizado em Porto Alegre em 2003, a direção do evento apresentou as reformas das instituições do imperialismo, - ONU e OMC - como a grande saída para os milhares de ativistas presentes. Nenhuma declaração oficial contra a guerra e a ocupação norte-americana foi apresentada, e a ONU continua a ser apontada como a única saída para a construção de um "novo governo" iraquiano, com os EUA.

LIMITES DAS DISCUSSÕES

Com o argumento de que o grande objetivo deste Fórum era ampliar a discussão com *"o outro lado pobre do mundo"*, a direção do evento sofreu duras críticas ao não apontar nenhum projeto claro de oposição ao modelo capitalista. Em um dos principais painéis de todo o encontro, *"A globalização e suas alternativas"*, houve vários questionamentos dirigidos aos painelistas sobre a falta de propostas. A maioria das intervenções do público dizia que não haviam viajado milhares de quilômetros para escutar mais uma caracterização da globalização neoliberal, mas para escutar as propostas alternativas.

Na verdade, a direção do Fórum quer evitar a materialização de qualquer proposta de ação que possa colocar em risco seu projeto de reformas dentro do capitalismo. O que não se quer deixar claro é que as organizações que foram, e ainda são, parte da direção do Fórum, são agora governo. O ministro brasileiro Olívio Dutra, anfitrião das três últimas edições do FSM, não conseguiu explicar, em um dos painéis em que esteve, a manutenção da política do FMI durante todo o primeiro ano de governo Lula no Brasil.

A direção do Fórum não pode responder aos anseios de milhares de ativistas , pois os governos de "esquerda", que se propõem a humanizar o capitalismo, estão na verdade aplicando hoje o neoliberalismo. ■

Foto Antonio Milena / Agência Brasil

PASSEATA de encerramento do FSM

Um mundo socialista é possível

No último período grandes lutas vêm questionando o neoliberalismo e os regimes que aplicam este modelo. As insurreições no Equador, Argentina, Bolívia, Peru, e as grandes mobilizações promovidas na Coréia do Sul, entre outros países, demonstram que os trabalhadores não podem mais agüentar a situação de miséria e fome imposta pelo capitalismo.

Cada vez mais pessoas expressam em todo o mundo a necessidade de unificar as vozes contra as políticas do FMI, a submissão dos governos às dívidas de seus países e a ofensiva militar do governo Bush.

A direção do FSM sustenta que é impossível superar o capitalismo e se recusa a enfrentá-lo. Por outro lado, a crescente insatisfação expressa por diversos ativistas no último Fórum, demonstra que há um verdadeiro espaço para construir uma alternativa socialista e derrotar o capitalismo. ■

DIRETO DE MUMBAI

POR CLÁUDIA COSTA

PSTU participa de debates

Foto Cláudia Costa

O PSTU também esteve presente em Mumbai, na Índia, e participou de dois eventos. No dia 18 houve um seminário sobre Globalização e Imperialismo, organizado pelo *Mazdoor Mukti Comittee*, uma organização socialista de Calcutá. Além de um representante do Comitê, participaram como convidados uma socialista independente indiana, o britânico Chris Harman, do ***Socialist Workers Party***, e Fábio Bosco, do **PSTU**. Foram três horas de debate, com cerca de 200 presentes, em sua maioria indianos e coreanos.

No dia 20, ocorreu uma oficina da revista ***Marxismo Vivo***, que contou com a presença do trotskysta indiano Sushovan Dhar, da *Alternativa Anti-capitalista*, e de Fábio Bosco, do **PSTU**. Sushovan falou sobre a experiência com o governo de "esquerda" de Bengala Ocidental, liderado há 25 anos pelo Partido Comunista Indiano. Fábio falou sobre a América Latina e as alternativas para a classe trabalhadora. Os cerca de vinte presentes, a maioria indianos, participaram ativamente da discussão, que durou três horas. Estas atividades foram importantes para estabelecer os primeiros contatos com a realidade da esquerda indiana, hegemonizada pelo maoísmo.

Governo Lula é criticado

Na maioria das conferências e seminários que participaram no Fórum Social Mundial, dirigentes sindicais e representantes governistas, ligados ao PT, procuraram defender ou justificar a política do governo Lula.

No painel sobre dívida externa, promovido pelo Jubileu Sul, o governo Lula sofreu críticas contundentes. A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), Maria Lucia Fattorelli, denunciou a política do governo Lula de não ruptura com o Fundo Monetário Internacional, o que, segundo ela, entre outras conseqüências, provocou a reforma da Previdência, a continuidade tanto da participação nas negociações sobre a Alca como da política de privilégio aos banqueiros. *"O mais grave é que, se os trabalhadores confiam em Lula, acreditarão que o governo não tinha outra alternativa"*, comentou Fattorelli, defendendo a auditoria sobre as dívidas brasileiras.

PELO MUNDO

Grandes manifestações marcam o início do ano no Haiti

YURI FUJITA,
da redação

Logo nas primeiras semanas do ano, grandes manifestações populares tomaram conta das ruas de Porto Príncipe, capital do Haiti, exigindo a saída do presidente Jean-Bertrand Aristide.

No último dia 23 de janeiro, cerca de 30 mil pessoas ocuparam o centro em repúdio a um atentado contra as rádios independentes e a morte de três estudantes nos enfrentamentos ocorridos entre a polícia e manifestantes.

O atual presidente, conhecido como "*Titid*", é questionado pela maioria da população e das organizações existentes desde as últimas eleições em 2000, quando a oposição denunciou o método de cálculo dos resultados do pleito eleitoral aplicado pelo partido governista Lavalas. Desde então, a chamada *Plataforma Democrática* - grupo que reúne 184 organizações opositoras ao governo - vem organizando diversas mobilizações contra a atual política e a corrupção em grande escala existente no país.

Durante a realização da Cúpula de Monterrey (México), onde estavam reunidos os presidentes dos países do continente americano, o atual governo declarou que vai convocar eleições legislativas nos próximos seis meses.

O coordenador do grupo de oposição, André Apaid, desconfia das intenções do governo e diz que vai intensificar as mobilizações, mesmo sabendo das relações do governo com os EUA: *"Aqui os norte-americanos sempre tiveram a última palavra"*. ■

ADVOGADOS E JURISTAS MARXISTAS SE REÚNEM NO II SEMINÁRIO DO INSTITUTO JOSÉ LUIZ E ROSA SUNDERMANN

FOTO SÉRGIO KOEI

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo (SP)

Entre 23 e 25 de janeiro, reuniram-se em São Paulo (SP) cerca de 50 advogados, professores e estudantes no II Seminário Jurídico do Instituto José Luis e Rosa Sundermann. Participaram companheiros do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo.

O encontro foi um verdadeiro sucesso, com discussões políticas de alto nível, tanto no que diz respeito às exposições dos palestrantes, como na participação do plenário.

Os advogados, estudantes de Direito, marxistas e revolucionários presentes decidiram por uma integração maior do Instituto aos movimentos populares, principalmente na luta da terra e por moradia, sem descartar as lutas dos camelôs e de perueiros e demais setores explorados.

Por isso, vamos impulsionar as campanhas de denúncia sobre militantes e ativistas dos movimentos sindicais e populares assassinados, que sofreram atentados ou que estejam presos, ou tenham ordens de prisão. Dentro desta perspectiva destaca-se a campanha por punição exemplar dos assassinos dos dirigentes José Luis e Rosa Sundermann, assassinados há dez anos. Para isso serão organizadas manifestações no dia 12 de junho em São Paulo, São Carlos e em várias outras cidades, como Ribeirão Preto. Fará parte da campanha a realização de um documentário sobre o crime e sua investigação, denunciando a Corte Internacional de Justiça da OEA. Não foram esquecidos o assassinato do companheiro Gildo Rocha, em Brasília, e a tentativa de homicídio do André Pehle, de Porto Alegre.

Também foi aprovada a produção da uma revista jurídico-marxista a partir dos temas dos encontros, a cargo da comissão editorial, já formada, que aponte na perspectiva da construção da Corrente Política Jurídico-Marxista, e a publicação de livros sobre Marxismo e Direito, em 2005.

Os movimentos populares, que terão muitos enfrentamentos com o governo Lula em 2004, sabem que poderão contar com o corpo jurídico do Instituto José Luis e Rosa Sundermann. ■

MULHERES

Encontro no Nordeste discute a opressão e a exploração

ANA ROSA MINUTTI,
da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

Nos dias 10 e 11 de janeiro, realizou-se em João Pessoa (PB), o primeiro Encontro de Mulheres do PSTU da Região Nordeste, com a participação de mais de trinta miltantes de seis estados.

No primeiro dia foi ministrado o curso "A Origem da Opressão da Mulher", que discutiu os papéis desempenhados na sociedade pelos homens e mulheres, sua desigualdade e o aproveitamento da opressão da mulher pelo sistema capitalista para melhor explorá-la. O curso incluiu a luta das mulheres na história e sua participação na construção do socialismo. No segundo dia, discutiu-se a necessidade da organização das mulheres e o fortalecimento das Secretarias de Mulheres do PSTU.

Foram encaminhadas resoluções para a intervenção no mês de março contra a violência, com destaque para a luta contra a Alca, contra o pagamento da dívida externa e o FMI. Também foi aprovada a luta das mulheres contra as medidas tomadas pelo governo Lula, como a reforma da Previdência e a Trabalhista, e contra o desemprego e o arrocho salarial.

UMA LUTA DE MULHERES E HOMENS

Durante todo o encontro, os homens do PSTU garantiram nossa comida, a limpeza do local, o cuidado com nossos filhos e a organização de uma confraternização. O exemplo demonstra que a união de homens e mulheres de nossa classe fará com que alcancemos nosso ideal de igualdade.

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS

■ **MACEIÓ**
R. Pedro Paulino, 258
Poço (82) 336.7798
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

■ **MACAPÁ**
Av. José Antônio Siqueira, 941,
Laguinho (96) 9965-0612
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

■ **MANAUS**
R. Luiz Antony, 823 - Centro
(92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

■ **SALVADOR**
R.Fonte do Gravatá, 36
Nazaré (71)321.3632
salvador@pstu.org.br

■ **ALAGOINHAS**
R. 13 de Maio, 42 - Centro
alagoinhas@pstu.org.br

■ **ILHÉUS**
R. Conselheiro Dantas, 20 - Centro

CEARÁ

■ **FORTALEZA**
fortaleza@pstu.org.br

CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica

BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema

GRANJA PORTUGAL
Rua Taquari, 2256

MARACANAÚ
Rua 1, 229 - Cj. Jereissati1

■ **JUAZEIRO DO NORTE**
R. Santa Cecília, 480A,
bairro Salesiano

DISTRITO FEDERAL

■ **BRASÍLIA**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 -
Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

■ **VITÓRIA**
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed.
Martim de Freitas, 1304 - Centro

GOIÁS

■ **GOIÂNIA**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11,
Setor Leste Universitário -
(62)261-8240
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

■ **SÃO LUÍS**
(98)276.5366 / 9965-5409
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

■ **CUIABÁ**
Av. Couto Magalhães, 165
Jardim Leblon
(65)9956.2942 9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

■ **CAMPO GRANDE**
Av. América, 921 Vila Planalto
(67) 3840144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

■ **BELO HORIZONTE**
bh@pstu.org.br

CENTRO
Rua da Bahia, 504 - sala 603 -
Centro (31)3201.0736

CENTRO - FLORESTA
Av. Paraná 191, 2° andar - Centro

BARREIRO
Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
Praça da Via do Minério

■ **CONTAGEM**
Rua França, 532/202 - Eldorado

■ **JUIZ DE FORA**
juizdefora@pstu.org.br

■ **UBERABA**
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br

■ **UBERLÂNDIA**
R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

■ **BELÉM**
belem@pstu.org.br

SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
(91)259.1485

ICOARACI
Conjunto da COHAB, Trav. S1, 111
(91) 9993.5650 / 227.8869

■ **CAMETÁ**
Tv. Maxparijós, 1195 - Bairro Novo

■ **SÃO FRANCISCO DO PARÁ**
Rod. PA-320, s/n° (ao lado da
Câmara Municipal) (91) 96172944

PARAÍBA

■ **JOÃO PESSOA**
R. Almeida Barreto, 391 -1° andar
- Centro (83)241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

■ **CURITIBA**
R. Alfredo Buffren, 29/4, Centro

PERNAMBUCO

■ **RECIFE**
R. Leão Coroado, 20/1° andar,
Boa Vista (81)3222.2549
recife@pstu.org.br

■ **CABO DE SANTO AGOSTINHO**
Rua José Apolônio
n° 34 A - Cohab

PIAUÍ

■ **TERESINA**
R. Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

■ **RIO DE JANEIRO**
rio@pstu.org.br

PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689

CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/Casa 2

JACAREPAGUÁ
Praça da Taquara, 34 sala 308

■ **DUQUE DE CAXIAS**
R. das Pedras, 66/01, Centro

■ **NITERÓI**
R. Visconde de Itaboraí, 330 -
Centro (21)2717.2984
niteroi@pstu.org.br

■ **NOVA FRIBURGO**
Rua Souza Cardoso, 147 - Vila
Amélia - *friburgo@pstu.org.br*

■ **RIO DAS OSTRAS**
Alameda Casimiro de Abreu, 300
loja 114 Centro

■ **NOVA IGUAÇU**
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro

■ **VALENÇA**
valenca@pstu.org.br

■ **VOLTA REDONDA**
Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE

■ **NATAL**
CIDADE ALTA
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
(84) 201.1558

ZONA NORTE
Av. Maranguape, 2339
Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

■ **PORTO ALEGRE**
R. General Portinho, 243
(51) 3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **BAGÉ**
Rua do Acampamento, 353 -
Centro - (53) 242.3900

■ **CAXIAS DO SUL**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54) 9999.0002

■ **GRAVATAÍ**
Rua Dr. Luiz Bastos do Prado,
1610/305 Centro (51) 484.5336

■ **PASSO FUNDO**
XV Novembro, 1175 - Centro -
(54) 9982-0004

■ **PELOTAS**
Rua Santa Cruz, 1441 - Centro -
(Próximo a Univ. Católica)
(53)9126.7673
pelotas@pstu.org.br

■ **RIO GRANDE**
(53) 9977.0097

■ **SANTA MARIA**
(55) 9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

■ **SÃO LEOPOLDO**
Rua João Neves da Fontoura,864
Centro 591.0415

SANTA CATARINA

■ **FLORIANÓPOLIS**
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 *floripa@pstu.org.br*

SÃO PAULO

■ **SÃO PAULO**
saopaulo@pstu.org.br

CENTRO
R. Florêncio de Abreu, 248 -
São Bento (11)3313.5604

ZONA LESTE
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel
(11) 6297.1955

ZONA OESTE
Av. Corifeu de Azevedo
Marques, 3483 Butantã -
(11)3735.8052

ZONA NORTE
Rua Rodolfo Bardela, 183
(tv. da R. Parapuã,1800)
Vila Brasilândia

ZONA SUL
SANTO AMARO
R. Cel. Luis Barroso, 415 -
(11)5524-5293

CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 -
piso superior

■ **BAURU**
R. Cel. José Figueiredo, 125 -
Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br

■ **CAMPINAS**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

■ **CAMPOS DO JORDÃO**
Av. Frei Orestes Girard, 371
sala 6 - Bairro Abernéssia
(12)3664.2998

■ **EMBU DAS ARTES**
Av. Rotary, 2917 - sobreloja
Pq. Pirajuçara
(11) 4149.5631

■ **FRANCO DA ROCHA**
R. Washington Luiz, 43 Centro

■ **GUARULHOS**
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253

■ **JACAREÍ**
R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953.6122

■ **LORENA**
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro

■ **MAUÁ**
Rua Capitão João, 1152 sala 6
(11) 6761.7469

■ **OSASCO**
R. São João Batista, 125

■ **RIBEIRÃO PRETO**
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br

■ **SANTO ANDRÉ**
R. Adolfo Bastos, 571 Vila Bastos

■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186
saobernardo@pstu.org.br

■ **SÃO CAETANO DO SUL**
Rua Eng. Rebouças, 707 (esq. com
Amazonas) Oswaldo Cruz

■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
sjc@pstu.org.br

VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845

ZONA SUL
Rua Brumado, 169 Vale do Sol

■ **SOROCABA**
Rua Prof. Maria de Almeida, 498 -
Vila Carvalho (15)211.1767
sorocaba@pstu.org.br

■ **SUMARÉ**
Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I

■ **SUZANO**
Rua Amélia Guerra, 103 - Vila
Amorim (11) 4743-1365

■ **TAUBATÉ**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/
sala 113 - Centro

SERGIPE

■ **ARACAJU**
Pça. Promotor Marques
Guimarães, 66 A, cjto. Augusto
Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

■ **SEDE NACIONAL**
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo (SP)
CEP 04040-030
(11) 5575.6093

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
memoria@pstu.org.br